

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISLIUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Lula,
o presidente Sol

A julgar pelo discurso do presidente a propósito do 8 de Janeiro, o Brasil gira em torno do lulopetismo, aquele que, nas palavras de seu líder, é a 'garantia' da democracia nacional

Não há mais dúvida: o Brasil gira em torno de Lula. Esse arremedo de Luís 14 considera que a história dele e a do PT são a "garantia", segundo suas próprias palavras, de que a democracia brasileira existirá "inabalável" no País.

O demiurgo petista detalhou sua teoria lulocêntrica perto do final de seu discurso por ocasião do evento de anteontem, em Brasília, que lembrou o primeiro aniversário da tentativa de golpe de Estado promovida por hordas bolsonaristas.

Era para ser um pronunciamento adequado ao momento solene – no qual era preciso enfatizar o papel das instituições na resistência à barbárie dos liberticidas que, insuflados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, pretendiam criar o caos a partir do qual, conforme seus delírios, produzir-se-iam uma ruptura e o estabelecimento de um regime de exceção liderado por tiranetes bolsonaristas.

Lula até que salientou, corretamente, "a coragem de parlamentares, governadores e governadoras, ministros e ministras da Suprema Corte, ministros e ministras de Estado, militares legalis-

tas e, sobretudo, da maioria do povo brasileiro" naquele dia infame.

No entanto, em vez de ater-se ao script à sua frente, cujo tom, malgrado alguns exageros retóricos, parecia no geral correto, Lula foi fiel à sua vocação palanqueira e transformou aquela cerimônia de defesa da democracia em comício para atacar seus adversários e louvar a si mesmo e a seu partido – exatamente como previam os vários governadores de oposição que, por essa razão, se recusaram a comparecer.

Lula chamou Bolsonaro de "golpista" e fez diversas insinuações de malfetismo do ex-presidente. No trecho do discurso em que claramente estava improvisando – e, portanto, foi mais autêntico –, Lula chegou a sugerir que os três filhos de Bolsonaro que se elegeram para cargos políticos renunciassem a seus mandatos em protesto contra as urnas eletrônicas, que, dizem os extremistas bolsonaristas, foram fraudadas para impedir a reeleição do ex-capitão.

Ora, não era isso o que se esperava do estadista que Lula julga ser. Nem se discute que a cantilena bolsonarista contra a lisura das urnas eletrônicas era e é profundamente antidemocrática, como já dissemos repetidas vezes neste espaço, mas Lula, na condição de presidente da República e sendo o principal orador de um evento voltado à celebração da democracia e à pacificação nacional, deveria ter se limitado a louvar a manutenção do regime de liberdade e de respeito à lei.

Mas a natureza é implacável. Lula não conhece outra língua senão a do enfrentamento. Aproveita todo e cada momento para estimular o rancor contra aqueles que considera seus inimi-

gos, o que é particularmente inapropriado no momento em que as autoridades públicas, sobretudo o presidente da República, têm o dever de esfriar os ânimos e buscar convergências.

No mesmo fôlego em que atacou duramente seus adversários políticos numa cerimônia supostamente apolítica, Lula foi capaz de declarar que a democracia brasileira viceja, vejam só, porque ele e o PT existem. "Eu queria dizer para vocês, e sobretudo aos companheiros da Suprema Corte e ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral: quando alguém colocar dúvidas sobre a democracia no Brasil, seria importante que vocês não tivessem receio de utilizar a minha história e a história do meu partido como garantia da existência inabalável da democracia neste país".

Mais autorreferente do que nunca, o presidente mostra que nada aprendeu com os fatos recentes. Se a democracia resistiu ao 8 de Janeiro, foi em razão da força de suas instituições, testadas até o limite nos últimos anos, e da união da sociedade, que ignorou suas diferenças para derrotar um de seus maiores inimigos. O mérito é de muitos, inclusive de alguns que se ausentaram ou que não se sentiram representados no evento comemorativo.

É realmente lamentável que uma data que tinha tudo para se firmar como uma efeméride relevante para a democracia brasileira tenha sido convertida por Lula em uma festa em louvor a si mesmo e à companheirada. Do mesmo modo que Bolsonaro tentou sequestrar o 7 de Setembro, Lula quer se apropriar do 8 de Janeiro. Se depender dos verdadeiros democratas, não conseguirá. ●

Roteiro pronto para
mudar a meta

Governo não corta gastos, enquanto as principais lideranças do PT atuam aberta e explicitamente contra a meta fiscal do ministro Haddad. A desoneração da folha é o bode expiatório

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dário Durigan, sinalizou que o governo não vai desistir da proposta para reonerar a folha de pagamento. Segundo ele, o projeto de lei que prorrogou a desoneração é inconstitucional, antiocientário e antieconômico. A medida provisória (MP) editada pelo governo nos últimos dias de 2023, por sua vez, não foi uma afronta à vontade dos parlamentares, mas uma alternativa à judicialização.

"(A MP) é uma alternativa à judicialização. Judicializar era tudo ou nada, vou eu para derrubar a medida do Congresso. O que nós estamos fazendo é dizer 'vamos fazer algo que seja constitucional, que você corrige os problemas'", afirmou Durigan, que concedeu

a entrevista como ministro da Fazenda interino durante as férias do titular, Fernando Haddad.

A visão que Durigan manifestou sobre o tema é, no mínimo, peculiar. Para ele, editar uma medida provisória que vai frontalmente contra algo que a maioria do Congresso aprovou não é um agravamento, mas uma tentativa de estabelecer um acordo prévio para evitar que o tema seja levado ao Supremo Tribunal Federal (STF). Porém, se ainda assim o Congresso devolver a MP sem analisá-la ou se vier a rejeitá-la, "por falta de opção", o Executivo terá de apelar ao Judiciário para provar a inconstitucionalidade da política.

A tese do governo é a de que a medida é inconstitucional por estabelecer uma renúncia de receitas sem apresentar o impacto orçamentário nem pre-

ver medidas para compensar as perdas. Há interpretações divergentes, segundo as quais é preciso cumprir esses requisitos quando uma política é criada, mas não quando ela é prorrogada.

Independentemente do que venha a acontecer, tamanha obstinação com a reoneração da folha não tem nada que ver com apego à Constituição ou à lei. Na entrevista, Durigan deixou claro que, sem a reoneração da folha, o governo será obrigado a alterar a meta fiscal. "Todas as providências vão ser tomadas para a gente fechar o Orçamento. Se de fato o que nós estamos apresentando não vingar, não resta outra alternativa, aí você tem de mexer na meta", disse o secretário executivo.

Já é consenso que o governo não conseguirá zerar o déficit neste ano e que a meta terá de ser alterada em março. Segundo o último *Boletim Focus*, o mercado espera um rombo equivalente a 0,80% do Produto Interno Bruto (PIB).

Para ter uma ideia, de janeiro a novembro do ano passado, as contas do setor público consolidado – que incluem União, Estados, municípios e estados, exceto Petrobras e Eletrobras – registraram um saldo negativo de R\$ 119,551 bilhões, segundo o Banco Central (BC). Para o Tesouro Nacional, o déficit de 2023 será de 1,32% do PIB; para o BC, ficará entre 1,6% e 1,7% do PIB; já a mediana das projeções do *Bo-*

letim Focus passou para 2%.

Em quaisquer desses cenários, já seria difícil zerar esse rombo de um ano para o outro. Mas, se a ideia é apostar somente na recuperação de receitas e não mexer nas despesas, atingir esse objetivo se torna algo realmente impossível.

Assim, para não ter de admitir essa derrota mais que esperada e reconhecer que terá de mudar a meta, o Ministério da Fazenda decidiu culpar a desoneração da folha de pagamento – cujo impacto, segundo a própria pasta informou na exposição de motivos da medida provisória, será de R\$ 12 bilhões neste ano.

É um valor considerável, mas longe de ser a única ou a principal razão pela qual o déficit zero não será atingido. As emendas parlamentares, por exemplo, somarão R\$ 53 bilhões no Orçamento deste ano, e o fundo eleitoral terá R\$ 4,9 bilhões para financiar as disputas municipais.

Não se vê, por parte do governo, mais do que um discurso vago e teórico em favor da qualidade dos gastos. Algumas das principais lideranças do PT atuam aberta e explicitamente contra toda e qualquer medida do ministro. Mas culpar a prorroguação da desoneração da folha de pagamento vai evitar que o ministro tenha de comprar uma briga que ele não tem como vencer com o presidente Lula da Silva. O roteiro para mudar a meta está pronto. ●